

SETOR BANCÁRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES E A EVOLUÇÃO RECENTE DO CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL.

Diogo de Prince Mendonça, José Ricardo Fucidji, Eduardo Strachman – Ciências Econômicas – Departamento de Economia - Faculdade de Ciências e Letras - Campus Araraquara.

O setor bancário afeta o desenvolvimento econômico por fornecer liquidez às empresas para realização do investimento. Com base em Schumpeter (1912), os bancos podem cumprir o papel de intermediários financeiros criando meios de pagamento (poder de compra) para apoiar os empresários a efetivar o investimento (variável-chave do desenvolvimento econômico).

Esse papel de intermediário financeiro é almejado pelos bancos no Brasil. Após a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro na década de 1990, e com a entrada de agentes estrangeiros, era esperado tornar o sistema bancário funcional. Baseando-se em Carvalho (2005), o setor bancário seria disfuncional se não contribuísse para alavancar os objetivos escolhidos pela sociedade, mas seria eficiente se respondesse aos incentivos colocados pelo contexto (por exemplo, alternativas vantajosas de aplicação dos ativos, regras favorecendo certa atividade). Nesses parâmetros, os bancos brasileiros são eficientes (obtendo altos lucros), mas disfuncional devido ao seu baixo comprometimento em financiar o investimento.

O objetivo da pesquisa é compreender como os bancos tomam suas decisões de composição da carteira de ativos no Brasil, e traçar um paralelo para a evolução do crédito recente.

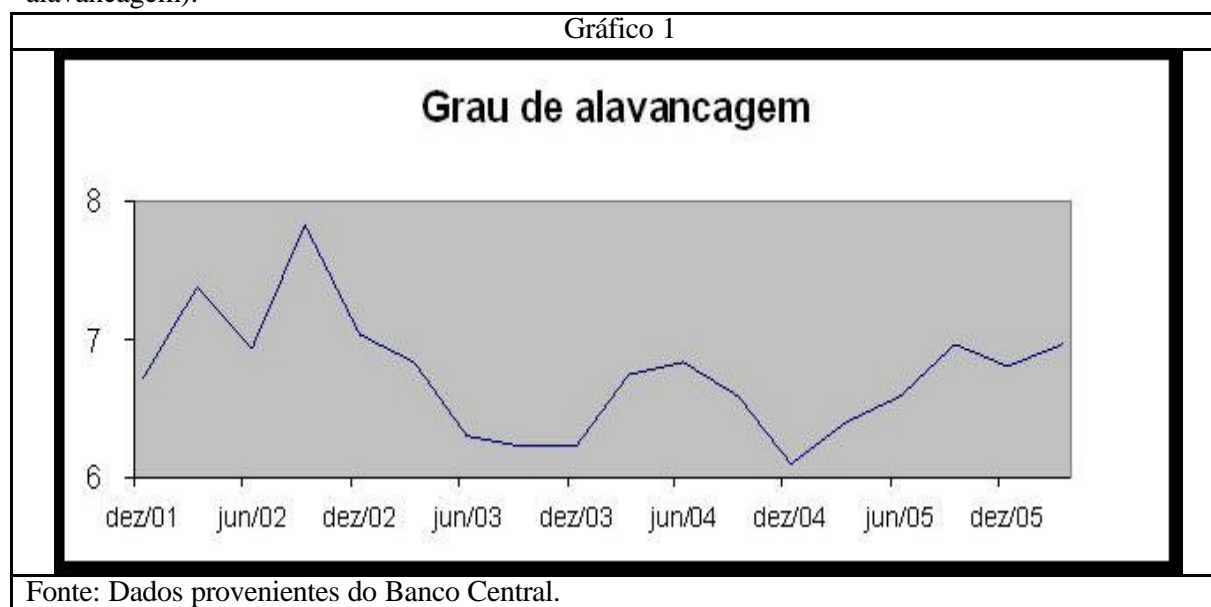
A metodologia subdivide-se entre o nível agregado e o individual. Para o primeiro, analisa-se o comportamento das atividades de destino do crédito por PIB (produto interno bruto), dos empréstimos com recursos livres e direcionados, das modalidades de crédito para pessoa física e jurídica (ACC, crédito pessoal, etc.). O objetivo do estudo é mostrar qual o padrão existente no país, e quais são as tendências (as linhas de destaque) do crédito. É feita uma análise das participações das modalidades de crédito no decorrer do tempo e estática para esclarecer as bases de sustentação dos ciclos de crescimento dos empréstimos recentes. Enquanto o comportamento das atividades de destino do crédito por PIB auxilia esse esclarecimento das bases de sustentação, busca-se identificar as mudanças estruturais à luz das reportagens e da tendência de sinalização (de crescimento, estabilidade, ou redução de financiamentos a determinadas atividades).

Para o segundo nível, selecionou-se uma amostra das seis instituições financeiras mais representativas (aproximadamente 70% dos empréstimos do sistema bancário). A amostra é composta por Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Bradesco, Itaú, Unibanco, e Santander. A estratégia e o comportamento da amostra foram extraídos das reportagens; das proporções de empréstimos ou títulos no ativo total; da razão de repasses por empréstimos totais, pelo grau de alavancagem; e pela qualidade dos empréstimos ofertados. As fontes das reportagens são: o Valor Econômico, e as revistas *The Banker* e *Euromoney*. Posteriormente a coleta de reportagens, é feita a sistematização em categorias e por agentes, esse método auxilia a mostrar quais as mudanças relevantes no crédito recente, e suas possíveis interpretações e causas; e mostra o posicionamento das instituições da amostra no financiamento. As proporções de empréstimos ou títulos no ativo total dos bancos (extraída dos balanços) mostram a estratégia bancária na composição dos seus portfólios, pois quanto maior a razão de títulos no ativo mais conservador é o posicionamento do agente, adotando que a estratégia conservadora se dá quando a porcentagem de títulos é maior que a de empréstimos (no caso contrário é agressivo). Para a razão de repasses sobre crédito, quanto maior essa proporção, menos agressivo o banco, dado que não está tomando a iniciativa de fazer empréstimos propriamente, mas apenas repassando capital de crédito e recebendo uma comissão. O grau de alavancagem é medido pelo ativo total subtraindo os encaixes e a aplicação em títulos dividido pelo patrimônio líquido (AT-encaixes-títulos/PL). Quanto maior este indicador, mais agressiva a estratégia do banco, ou seja, menor a composição de títulos na carteira ou o banco está adotando um maior risco. Por fim, quanto menor o indicador da qualidade dos empréstimos, melhor a qualidade do crédito, pois se necessita de menor montante de provisão para o mesmo volume de financiamentos.

Para a amostra, com a exceção da CEF, os bancos aumentaram sua participação no crédito total desde 2000. Isso é fruto da crise da CEF em 2001 que teve como consequência o aumento da composição de títulos no seu ativo. Enquanto isso, o BB tem reduzido sua proporção de títulos no ativo (mesma

tendência do Unibanco), mostrando a diferença entre os bancos oficiais. Comparando as razões de empréstimos e títulos no ativo, é possível extrair um padrão de comportamento com o Bradesco, Unibanco, Itaú e BB (este a partir de 2004) possuindo maior proporção em empréstimos do que em títulos (uma posição agressiva). Já a CEF e o Santander possuem uma posição mais conservadora com uma maior proporção de títulos do que de empréstimos.

A análise geral do posicionamento estratégico dos bancos feita pelo grau de alavancagem mostra um comportamento volátil, com destaque para a posição defensiva no fim de 2003 e mais agressiva a partir de 2005 (ver gráfico 1 abaixo). Na expansão creditícia, o aumento do nível da inadimplência da carteira faz com que os bancos tomem posições mais conservadoras (diminuindo seus graus de alavancagem).



Apenas a expansão de crédito não é suficiente para os bancos adotarem o papel de intermediário financeiro de Schumpeter. Entre outros aspectos, tem de ser analisada a postura dos bancos de tomar o risco de emprestar, pois os repasses são representantes de uma posição conservadora, dado que a instituição fonte do recurso do repasse permanece com o risco da operação (e não o banco propriamente). Para a média da amostra, a razão de repasses por empréstimos tem diminuído, mostrando um perfil de tomar maiores riscos ao emprestar. Entretanto, os bancos oficiais têm aumentando sua porcentagem de repasses, enquanto os bancos privados têm reduzido esse número. Por exemplo, o BB aumentou este indicador de 11% para 14% entre 2001 e 2006, mas o Itaú reduziu esse número 12% para 7%.

Para comparar a eficiência da seleção dos tomadores pelos bancos utiliza-se o indicador de qualidade dos empréstimos. Em março de 2006, o Santander possuía quatro por cento de provisões para o montante de empréstimos, já para a CEF esse número era de 10%, ou seja, se a análise de crédito deste banco fosse melhor, poder-se-ia decidir se emprestaria esses seis por cento que mantém de provisão. É possível extrair que a CEF e o BB possuem as duas piores qualidades de crédito entre os bancos da amostra, mostrando semelhanças entre as instituições oficiais.

Passando a análise para o crédito com recursos livres, o cheque especial representava 60% dos empréstimos para pessoa física em 2001, mas essa participação vem se reduzindo (movimento positivo devido ao valor dos juros cobrados nessa modalidade, que ampliam a fragilidade financeira do tomador). Já o cartão de crédito iguala sua participação com a de crédito pessoal em torno dos 18% em 2006. Para pessoa jurídica, as participações das modalidades conta garantida e do capital de giro representam 40% dos empréstimos para as empresas em 2005, mostrando pouco apoio ao investimento. As modalidades que apóiam o investimento representam apenas cerca de 5% de todo o crédito para as empresas em 2006 (pouco significativo), apesar do grande crescimento do financiamento para aquisição de bens.

Outro fator da pesquisa é a atividade de destino dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no qual os bancos múltiplos e comerciais representam 83% do total de crédito ofertado pelo sistema. Destaca-se a queda dos empréstimos para habitação pelo PIB em 2001 de cinco para dois por

cento devido à crise da CEF, que reduziu a parcela de empréstimos no seu portfólio. Os financiamentos para o setor industrial pelo PIB têm se mantido em torno de sete por cento desde fins de 2003. Ao mesmo tempo, os empréstimos para o setor comercial pelo PIB têm crescido, alcançando quatro por cento em 2006. Mas o comportamento impressionante é para o crédito à pessoa física, que em 1994 representava um por cento do PIB e atinge dez em 2006. Isso corrobora com Cerqueira (1998, p. 43) de que a expansão de crédito após 1994 ocorreu devido a uma demanda reprimida causada por quase duas décadas de inflação elevada.

Conclui-se que existem padrões para os bancos da amostra, nos quais o BB (após 2004), Bradesco, Unibanco e Itaú têm uma posição mais agressiva; enquanto a CEF e o Santander apresentam um perfil mais conservador. Quanto ao crédito, percebe-se que para a amostra tem se reduzido a proporção repasses sobre empréstimos (menos para os bancos oficiais), mostrando um maior comprometimento emprestador dos bancos. Também importante é a baixa representatividade das modalidades de financiamento para pessoa jurídica que apóiam o investimento e o espetacular crescimento do crédito para pessoa física, aliada a estagnação dos empréstimos para o setor industrial pelo PIB.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, FERNANDO J. C. (2005). “Investimento, Poupança e Financiamento: financiando o crescimento com inclusão social”. *Texto para Discussão do Grupo Moeda e Sistema Financeiro*, IE/UFRJ. Obtido no site <<http://www.ie.ufrj.br/moeda>>. Acesso em 10/08/2005.

CERQUEIRA, DANIEL R. C. (1998). “Créditos e Inadimplência no Sistema Financeiro Nacional: evolução recente”. Brasília: IPEA, *Boletim de Conjuntura no. 42*, julho, pp. 43-47.

SCHUMPETER, JOSEPH A. (1912). *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1983.